

SEMIÓTICA E COMUNICAÇÃO: DOIS PONTOS DE VISTA COMPLEMENTARES

José Américo Bezerra Saraiva (UFC)¹

SIMBOLOS? Estou farto de símbolos...
Mas dizem-me que tudo é símbolo.
Todos me dizem nada.
Quais símbolos? Sonhos. –
Que o sol seja um símbolo, está bem...
Que a lua seja um símbolo, está bem...
Que a terra seja um símbolo, está bem...
Mas quem repara no sol senão quando a chuva cessa,
E ele rompe as nuvens e aponta pra trás das coisas,
Para o azul do céu?

Fernando Pessoa /Álvaro de Campos (Obra poética)

1. Introdução

É intrigante o tipo de relação que alguns autores procuram estabelecer entre estes dois pontos de vista. Dominados por uma espécie de sanha imperialista, e em conformidade com a sua área de atuação, alguns especialistas tendem a submeter ora a semiótica à comunicação, ora a comunicação à semiótica, propugnando pela hegemonia de uma delas no campo das ciências humanas.

Tanto uma postura quanto outra redundam numa atitude imperialista, em que as demais áreas do saber se vêem subsumidas à comunicação ou à semiótica na organização dos campos do conhecimento, o que finda por resvalar num pansemioticismo ou num pancomunicacionismo, assumidos ou não.

O objetivo deste artigo é, pois, apresentar alguns exemplos destas duas atitudes extremadas e tecer comentários críticos acerca de cada uma delas. Em seguida, argumentamos a favor da posição mais ponderada que julgamos ser a da semiótica discursiva, que se pretende método e não se deixa confundir com a filosofia, como costuma ocorrer com as duas referidas atitudes hegemônicas.

2. Semiótica e comunicação.

2.1. O pancomunicacionismo

Marcondes Filho (2004), por exemplo, na introdução do seu *O escavador de silêncios*, em que procura apresentar uma nova teoria da comunicação, assegura que “a comunicação pertence, em primeiro lugar, ao campo da filosofia e somente depois aos campos derivados da lingüística, semiologia, semiótica e das teorias gerais de símbolos” (p. 11).

Não podemos dizer coisa diferente. Mas o que o autor afirma acerca da comunicação também vale para as demais disciplinas por ele elencadas. Parece inquestionável o fato de que a qualquer campo do saber se exige minimamente um situar-se quanto às grandes questões filosóficas desde sempre em debate. Ou seja, não é privilégio da comunicação

¹ Professor do Curso de Letras da Universidade Federal do Ceará.

pertencer em primeiro lugar ao campo da filosofia, sobretudo se considerarmos a dimensão teórica que envolve todas as ciências humanas. Somente as ciências aplicadas podem prescindir deste arcabouço filosófico e, diga-se, por amor à verdade, não totalmente, porquanto, em última instância, orientando o fazer dos cientistas, subjazem as mesmas questões que, na teoria, ocupam o centro da cena.

Linguística, semiologia, semiótica e demais teorias gerais de símbolos, para ficarmos apenas naquelas mencionadas pelo autor, estão, portanto, tão diretamente vinculadas à filosofia quanto a comunicação. Além disto, o que o autor afirma sobre a relação entre a comunicação e as demais disciplinas se aplica igualmente a qualquer uma delas, podendo uma disciplina constituir subdomínio de outra a depender dos objetivos de pesquisa.

Logo, discordamos frontalmente de Marcondes Filho, no que diz respeito à opinião abaixo.

E por pertencer antes ao campo da filosofia, a comunicação jamais pode integrar outro campo mais amplo, como o das linguagens; ao contrário, são as ciências da linguagem que devem subsumir-se ao campo mais amplo: o da comunicação humana. Portanto, a comunicação é o conceito amplo; as linguagens, um estudo setorial. (idem, ibidem: 11)

E discordamos principalmente porque, no nosso modo de entender, o campo da comunicação, nos termos supra, finda por se confundir com o da filosofia e patenteado está o pancomunicacionismo do qual falamos. Tudo no campo das ciências humanas passa, então, a ser encarado sob a ótica da comunicação e o autor se encontra justificado no seu desejo de incursionar pela senda da história da filosofia, retomando autores que versaram sobre comunicação ou sobre questões afins.

Claro está que a dimensão comunicativa da espécie humana é um de seus traços definidores, na medida em que o homem, como registrou Cassirer (1997), é um animal *symbolicum*, não um animal *rationale*.

Sob este prisma é que se devem entender também as considerações de um Tomasello (2003), para quem os primatas humanos, na evolução da espécie, se distinguem dos primatas não-humanos, porque aqueles compreendem seus co-específicos “como seres intencionais iguais a si próprio”, em cujas habilidades cognitivas encontra-se a de “usar muitas estratégias comunicativas e sociais para vencer outros membros do grupo na disputa por recursos valiosos” (p. 77).

Neste autor, a expressão “seres intencionais iguais a si próprio”, pedra angular de suas postulações, pressupõe a natureza intencional do homem e nos remete ao universo do valor, construído a partir da percepção num mundo já significado. E a referência a “estratégias comunicativas e sociais” parece evidenciar o papel central da comunicação na constituição do homem como ser cultural. No entanto, ela não autoriza, como talvez desejasse alguns pancomunicacionistas, a assunção da prevalência da comunicação, como campo de estudo, sobre os demais ligados às teorias da linguagem. Embora admitamos que a comunicação desempenhe função de extrema relevância na edificação do humano, ela, com efeito, não passa de um ponto de vista a partir do qual os fenômenos humanos podem ser abordados. A nada mais que isto, porém, permite chegar o bom senso.

Marcondes Filho (2004), na ressonância de um Luhmann, afirma que pode haver comunicação sem linguagem, e alude como exemplo disto aquela que se esboça através dos gestos, do corpo, dos sinais externos, acreditando que, assim, resolve o dilema entre sistema e processo de comunicação. Fazendo referência mais uma vez a Luhmann, adverte

que nestes casos “a fixação do sentido não é tão plena como na linguagem” (p. 486). Nada disso parece sustentar-se.

Aqui, caberia perguntar o que Marcondes Filho entende por linguagem. Linguagem para ele se reduz às línguas naturais, meios de expressão fortemente formalizados, dotados que estão de uma dupla articulação? Se a resposta for afirmativa, concordamos com ele, se não, discordamos dele. A julgar pela citação, parece que linguagem para o autor implica certa fixidez de sentido, própria a códigos fortemente estabilizados do ponto de vista cultural, com o que não estamos de acordo.

Neste ponto, endossamos o modo de ver de um Cassirer (1997), para quem “sem um complexo sistema de símbolos o pensamento relacional simplesmente não pode nascer, nem muito menos desenvolver-se plenamente. Não seria correto dizer que a mera *consciência* das relações pressupõe um ato intelectual, um ato de pensamento lógico e abstrato. Essa consciência é necessária até nos atos elementares de percepção” (p. 67). A psicologia gestaltista “mostrou que os mais simples processos perceptuais implicam elementos estruturais fundamentais, certos padrões ou configurações. Este princípio serve tanto para o mundo humano quanto para o animal. Mesmo em estágios comparativamente baixos da vida animal, a presença destes elementos estruturais – em especial das estruturas espaciais e ópticas foi provado por experiências” (p. 67-68).

De fato, parece-nos que o comportamento humano e animal alicerça-se sobre estruturas elementares de significação, às vezes apenas ligadas às pregnâncias do corpo biológico, determinantes do modo de apreensão das saliências que lhes são biologicamente significantes². Assim, o processo de comunicação não pode prescindir de estruturas significantes. Quando Marcondes Filho admite haver processo de comunicação sem linguagem, parece desprezar aquelas estruturas de significação criadas *ad hoc*, que não se erigem em códigos, e que sustentam uma dada interação comunicativa, mas que têm como pano de fundo micro-estruturas significantes, pressupostas pelo ato mesmo de comunicação. Ou ainda confunde o fenômeno da linguagem, complexo e heteróclito, com o das línguas naturais e congêneres, códigos institucionalizados, numa visão demasiado reducionista.

2.2. O pansemioticismo

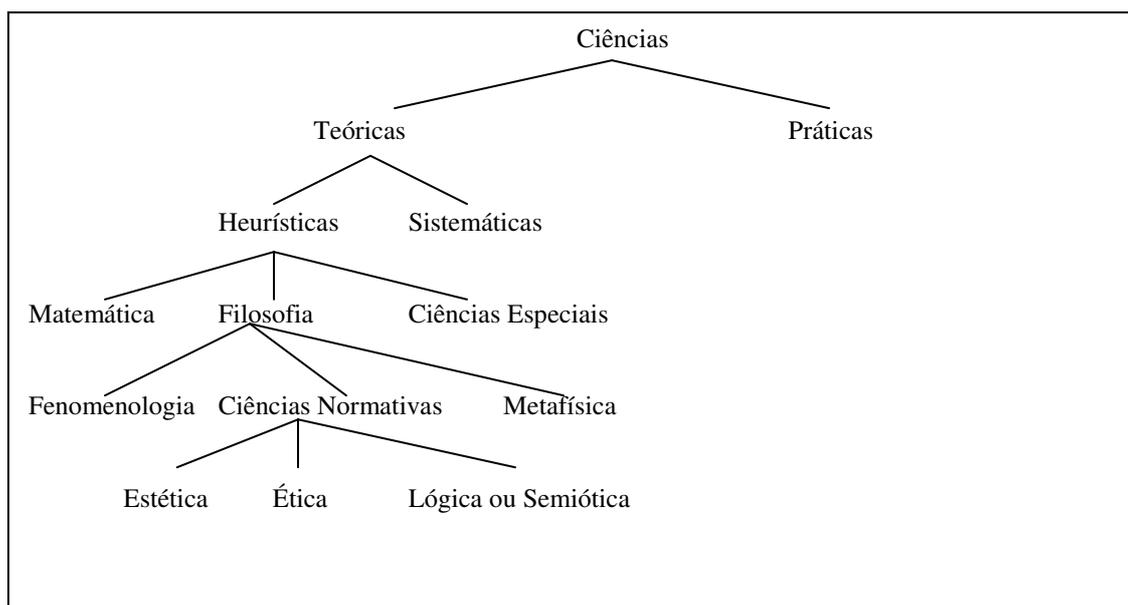
Outra atitude imperialista é a que costuma assolar o campo de atuação dos semioticistas que se comprazem em propalar que “tudo é signo” (SANTAELLA, 1992). Admitindo a dimensão sgnica do real, onde tudo é representação, eles acabam por resvalar num pansemioticismo.

Baseados na concepção triádica de signo proposta por Peirce (1995), que, em termos sumários, envolve um objeto dinâmico, comparável à coisa em si kantiana, um objeto imediato, modo pelo qual o objeto dinâmico é determinado pelo signo, e um *representâmen*, o signo na sua materialidade, presença sensorial, estes semioticistas constituem-se em verdadeiros filósofos, dada a base fenomenológica do seu objeto de

² Saliência e pregnância são termos usados em semiótica discursiva, tomados de empréstimo à teoria da catástrofe, de René Thom. Em termos simples, saliências são as variações do contínuo que afetam o corpo sensível e pregnâncias são as formas investidas de um valor biológico, isto é, são saliências biologicamente significantes, “dont la reconnaissance est nécessaire à la survie de l’espèce e dont la perception déclenche des réactions physiologiques et comportementales de grande ampleur (proies, prédateurs, partenaires sexuels)” (GREIMAS e COURTÉS, 1986). [cujo reconhecimento é necessário à sobrevivência da espécie e cuja percepção desencadeia reações psicológicas e comportamentais de grande amplitude (presas, predadores, parceiros sexuais)]. [tradução do autor].

estudo, numa atitude comparável à dos que dizem que tudo é comunicação (pancomunicacionismo).

Estes semioticistas findam por subverter, com apoio nos textos do próprio filósofo americano, o quadro das ciências por ele erigido. Muito embora a semiótica seja para Peirce uma das ciências normativas, estas subordinadas à filosofia, assim como a fenomenologia e a metafísica, e a filosofia seja uma das ciências heurísticas, ao lado da matemática e das ciências especiais (ver esquema abaixo), estes semioticistas acabam conferindo-lhe uma posição central, deslocando assim a semiótica do seu lugar no concerto das ciências em Peirce, para atribuir-lhe o papel de fundamento tanto da cognição quanto da própria manifestação do ser, independentemente de um cognoscente.



Por isso, cremos que o filósofo Nathan Houser (**apud**: Santaella, 1992), simulando a possível reação dos filósofos diante da afirmação de que semiótica formal é filosofia pura e simples, acaba por tocar no ponto fundamental gerador da atitude pansemioticista.

Suspeito que eles responderão que, se a semiótica meramente cava seu território a partir da filosofia tradicional, então não há razão para aceitá-la como um campo de estudo identificável separadamente. Esqueça a semiótica, eles poderiam dizer, faça apenas filosofia. Se há lugar para a semiótica, é nos campos de sua aplicação. A semiótica formal não passa de uma coleção conveniente de teorias filosóficas. Ela não contribui em nada para a filosofia; apenas tenta usurpar o território da filosofia.' (p. 52)

Na verdade, na contramão destes semioticistas, cremos que a semiótica se distingue da filosofia, ou melhor, dela se separa, quando se erige em método, procedimento teórico-analítico com vocação científica. Caso contrário, ela ocupa o espaço reservado à filosofia, como diz Nathan Houser, e corre-se o risco de cair no pansemioticismo característico de algumas correntes da semiótica.

A esse respeito, é curioso observar o livro de John Deely (1990). Este autor, após definir a semiótica não como método, mas como ponto de vista, advoga a favor do que

estamos chamando de pansemiotismo. Assim, é que ele, ao lado de uma antropossemiose, fala de uma zoossemiose, de uma fisiossemiose e de uma fitossemiose, sem levar em consideração o fato de que, se há todas estas variedades de semiose, nenhuma delas deixa de passar pelo crivo da antropossemiótica, que as traduz.

2.3. A posição de Umberto Eco

Eco (1975) procede, logo na introdução deste livro, a uma discussão em torno dos limites e dos fins de uma teoria semiótica. Inicia por fazer a necessária distinção entre uma teoria dos códigos (objeto de uma semiologia, como queria Saussure, s/d) e uma teoria da produção sógnica. A teoria do código volta-se para os sistemas sógnicos operantes na cultura. A teoria da produção sógnica procura, sobretudo, descrever a práxis semiótica, instauradora da função sógnica, esta instável por natureza.

Cumprir destacar aqui que, para Eco (1975), as outras semioses identificadas por Deely constituem processos significantes na medida em que elas implicam metodologicamente a existência de um destinatário humano, como dizíamos acima.

Aqui, será suficiente dizer que o *destinatário humano é a garantia metodológica (e não empírica) da existência da significação*, ou seja, da existência de uma função sógnica estabelecida por um código. Mas igualmente a *suposta presença do emissor humano não é de forma alguma garantia da natureza sógnica de um suposto signo*. (p. 11)

Julgamos a posição de Eco (1975) uma das mais equilibradas no que tange à delimitação do espaço de atuação de um especialista em semiótica ou em comunicação, quando ele tenta estabelecer o que chama de **soleiras da semiótica**, isto é, quando ele procura definir quais objetos devem ocupar a atenção do semioticista e de que elementos analíticos deve ele lançar mão na lida com estes objetos.

Quando o assunto é a relação de pressuposição entre processo de comunicação e sistema de significação, Eco (1975) é explícito.

Um sistema de comunicação é, por isso, um CONSTRUTO SEMIÓTICO AUTÔNOMO, com modalidades de existência de todo abstratas, independentes de qualquer ato de comunicação possível que as atualize.

Ao contrário (e exceto para os processos de estimulação simples), *todo processo de comunicação entre seres humanos – ou entre quaisquer outros tipos de aparelhos ‘inteligentes’, tanto mecânicos quanto biológicos – pressupõe um sistema de significação como condição necessária*. (p. 6)

Eco, com o rigor que o caracteriza, não se dá por satisfeito com a simples distinção efetuada entre sistema e processo de produção sógnicos e, em *Semiótica e filosofia da linguagem* (1991), realiza uma espécie de *mea culpa* acerca do emprego que faz do termo **código** em suas obras. Admite ter lançado mão dele principalmente por conta da sua grande difusão entre aqueles que estudam a linguagem e adverte que “quem quer que no quadro da semiótica contemporânea tenha empregado a categoria de código não pretendia reduzi-la à de léxico simplificado, à de mera lista de homônimas” (p. 248). Passa a

postular desde então, de forma mais radical, a idéia de enciclopédia, uma rede de interpretantes, só organizável num dado processo de interpretação.

Se lermos, então, a parte do *Tratado Geral de Semiótica* dedicada à teoria dos códigos sob esta nova luz, decorrente do redimensionamento das noções de código e de signo, é que podemos relevar alguns dos exageros do semioticista italiano. Nesta nova versão, que, segundo Eco, substitui a idéia de signo reduzida ao modelo restrito da equivalência pela idéia de signo como um mecanismo regido pelo modelo ampliado da inferência, percebemos que o texto e o contexto (situacional e/ou circunstancial), como artefatos culturais, ganham destaque, pois é na relação entre texto e contexto que o signo, função entre expressão e conteúdo, se estabiliza.

Como se pode ver, nesta versão, o papel do leitor tem importância considerável. O processo inferencial colocá-o no centro da atividade sígnica. No entanto, é o próprio Eco quem alerta para o perigo que representa o leitor ter assumido primazia no processo inferencial.

Para Eco, a semiose é potencialmente ilimitada, como assinalava Peirce. E, para compreender um signo, é necessário recorrer a um interpretante, que nada mais é do que um novo signo, também passível de ser traduzido por um novo interpretante e assim sucessivamente. Se papel do leitor se encontra assim tão potencializado, na medida em que o texto está entregue a um processo de semiose ilimitada, ficaria difícil distinguir uma interpretação de um texto do seu mero uso. Por isso, Eco, que no final da década de cinquenta, havia publicado o seu *Obra aberta* (1991), lança em 1990 *Os limites da interpretação* (1995), numa clara reação ao movimento desconstrucionista, no campo da interpretação, para defender ainda certa prevalência dos sistemas de significação sobre os processos de comunicação.

Agora os sistemas de significação não têm mais a feição de códigos extremamente bem estruturados, mas a de uma rede de interpretantes mobilizáveis no momento da interpretação. Eles estão na base de toda ação comunicativa, sustentando-a, e, no entender de Eco, segundo nos parece, constituem parâmetros para evitar a deriva que leva à superinterpretação.

É nestes termos, então, que se pode dizer que Eco, embora tenha redimensionado os conceitos de signo e de código, continua a defender a precedência dos sistemas de significação sobre os processos de comunicação, o que o coloca em confronto com um Marcondes Filho, por exemplo. Para Eco, continua válida a afirmação de que todo processo de comunicação pressupõe um sistema de significação como condição necessária, pelo menos é o que depreendemos dos textos até o momento consultados.

Porém, as palavras de Eco (1995) acerca da relação entre significação e comunicação, transcritas abaixo, podem dar a entender que é possível a existência de um processo de comunicação sem um sistema de significação que o sustente:

É possível existir um sistema de signos de que ninguém efetivamente se utilize para comunicar (uma linguagem privada projetada para fins experimentais, ou um novo tipo de esperanto sem adeptos) e é possível existir um processo de comunicação que ocorra sem um sistema de signos preexistente: seria o caso, por exemplo, de um explorador europeu A que comece a interagir com um informante nativo B, quando A adivinha o que B tem em mente mediante um processo de prova e erro, sendo ambos incapazes de referir-se a um código preexistente em condições de possibilitar sua interação. (p. 183)

Se tal passagem não for apontada como uma contradição dentro da obra do semioticista italiano, resta a interpretação de que ele faz referência a um sistema de signos preexistente ao ato de comunicação e não a estruturas de significação, que são coisas diferentes. Um sistema de signos remete-nos à idéia de código, conjunto de funções sígnicas (expressão e conteúdo) formalmente relacionadas, criticada pelo próprio Eco. E estruturas de significação são estruturas de conteúdo às vezes minimamente estabilizadas, as mais primitivas delas estando ligadas aos conteúdos biologicamente elaborados por uma espécie animal, na confluência de saliências e pregnâncias, como vimos.

Além disso, não é necessário que A e B, como sugere Eco, sejam capazes de referir-se a um código ou mesmo a um sistema de significação preexistente para que a interação se efetive. A consciência do que dá sustentação a uma interação comunicativa não é condição *sine qua non* para que ela ocorra. Acrescente-se ainda que, até mesmo o processo de prova e erro, mediante o qual o autor diz alicerçar-se a comunicação, implica um nível de compreensão mútua fundado em estruturas mínimas de significação.

Permanece, pois, incólume o princípio da prevalência das estruturas de significação sobre os processos de comunicação. E o trecho de Eco (1995), logo acima citado, não contradiz necessariamente seu pensamento anterior.

No entanto, surpreende-nos o fato de que o mesmo Eco que assume uma postura mais equilibrada, como expusemos acima, encare a Semiótica como “a única forma de filosofia pensável” (1974, p. 107), numa clara atitude pansemiotista. Neste momento, Eco parece considerar o campo da filosofia e o da semiótica como co-extensivos, fazendo coro com aqueles que admitem que “tudo é signo”.

3. Semiótica como método

Parece incontestável que as estruturas de significação que sustentam os processos de comunicação são apreensíveis apenas no momento da sua manipulação. Como ensina Greimas e Courtés (1979), a significação se revela, quando o enunciador “é levado a fazer transposições de um texto para outro, dum nível de linguagem para outro, de uma linguagem, enfim, para outra linguagem” (p. 419). E é precisamente este o papel a ser desempenhado pela semiótica no concerto das ciências. Cabe a uma semiótica científica, na expressão de Hjelmslev (1975), fornecer o método para a transposição do sentido, isto é, estabelecer o quadro de procedimentos a ser adotado pelo semioticista e provê-lo de uma metalinguagem específica.

É interessante perceber o quanto este modo de ver nos remete à idéia de interpretante de Peirce. Para compreender um signo é preciso recorrer a interpretantes e, de algum modo, parafraseá-lo, transpor seu sentido numa estrutura de significação. Eis o ponto de contato entre duas escolas de semiótica, que parecem, para muitos, inconciliáveis: a peirceana e a greimasiana.

Parret (1988) desenvolve, a partir de Greimas e Courtés (1979), uma interessante distinção entre três tipos de transposição: a transposição discursiva, ou paráfrase, a transposição hermenêutica, ou interpretação, e a transposição científica, ou metalinguagem. A primeira é aquela “exercida ‘naturalmente’ e infinitamente pelos discursos tanto cotidiano como artístico e poético”, e, parece, é a que mais próxima se encontra da semiose ilimitada de Eco, que obedece ao jogo incessante dos interpretantes de Peirce. A segunda se dá por meio do ato de leitura ou comentário de um texto e está próxima da tradição hermenêutica de interpretação. A terceira procura elaborar um aparelho descritivo-explicativo que dê conta dos processos de constituição do sentido,

através de uma metalinguagem, o que lhe confere certa estabilidade terminológica e um poder de predição próprios do fazer científico. Em outros termos, neste último caso, procura-se elaborar um método para manipular o sentido e transpô-lo em estruturas de significação. É desta terceira que trataremos a seguir.

3.1. Semiótica Discursiva (SD)

A semiótica greimasiana (ou discursiva) passa longe do que estamos denominando pansemioticismo e pancomunicacionismo, por não ter qualquer pretensão ontológica. Para os semiotistas desta linha, a tarefa é construir simulacros que procurem representar o processo de geração e interpretação do sentido. Ou seja, numa expressão mais freqüente entre os que adotamos este ponto de vista, a semiótica não se interessa pelo *sentido do ser* mas pelo *ser do sentido*. É por esta razão que Greimas e Fontanille (1993) assim se expressam:

Manter um discurso no “horizonte ôntico” é, para a semiótica, interrogar um conjunto de condições e precondições, esboçar uma imagem do sentido anterior e necessária ao mesmo tempo à sua discretização, e não procurar fazer reconhecer seus fundamentos ontológicos. É a esse custo apenas que a teoria semiótica pode justificar sua própria atividade, sem para tanto transformar-se numa filosofia que ela não conseguiria ser. (p. 12)

O grande mérito desta tomada de posição, presente desde 1966, data de publicação de *Sémantique structurale*, de Greimas³, é que a semiótica não se configura como ciência especulativa, ou como filosofia, mas como ciência de descrição, cujo objeto é a significação. A semiótica, não se confundindo com a filosofia, vê-se livre de converter-se num campo de investigação privilegiado, hiperordenado e hipertrofiado, e, por via de consequência, não assume a atitude imperialista de que falamos há pouco. Reserva-se como tarefa investigar os objetos significantes mediante a transposição do sentido em significação. E para isto elabora um método. Daí, o ela enquadrar-se no tipo de transposição científica, ou metalingüística, aludida por Parret (1988).

Mesmo não açambarcando a filosofia ou se confundindo com ela, alguns semiotistas desta linha subjugam a comunicação à semiótica, esta vista como ciência da significação. É o caso de Courtés (1979), para quem, “o problema do sentido – de que a semiótica quereria ocupar-se – ultrapassa largamente, integrando-o, o da comunicação, que é só uma forma particular daquele” (p. 42). Não vemos, no entanto, a necessidade de estabelecer o domínio de uma disciplina sobre outra. Preferimos vê-las como dois pontos de vista complementares que buscam estudar o sentido.

Como, a nosso ver, a semiótica discursiva permite passar ao largo desta questão, elegendo para si a significação como objeto de estudo e erigindo um método de transcodificação do sentido, apresentamos abaixo uma breve descrição dela.

³ Livro traduzido por Haquira Osakabe e publicado pela Cultrix, do qual consultamos a segunda edição: Greimas (1976).

3.2. Breve apresentação do modelo da SD

3.2.1. Modelo clássico

O modelo semiótico desenvolvido por Greimas e equipe, nos anos sessenta e setenta, tem como marco inicial, como dissemos, a publicação de *Sémantique structurale*, em 1966. Este livro traz *in nuce* os postulados de um projeto de análise textual que viria a ganhar corpo a partir de um núcleo de estudos criado em torno da figura de Greimas.

Como bem resenha Fiorin (1999), Greimas se propõe uma reflexão acerca das condições pelas quais seria possível um estudo científico da significação, isto é, propõe uma semântica. Uma semântica de base não-lógica, longe da preocupação com o valor de verdade das sentenças, mas lingüística, cujo escopo seria a análise da significação, esta tomada como processo discursivo, a partir dos conteúdos fornecidos pelo código da língua.

Essa semântica seria sintagmática, gerativa e geral. Sintagmática, porque se interessaria pelo estudo da produção e da interpretação dos textos. Não mais teria como objetivo descritivo a totalidade do plano do conteúdo das línguas naturais, à semelhança do que ocorria com algumas propostas estruturalistas, mas o texto. Geral, porque seu interesse se voltaria para qualquer tipo de texto, independentemente de sua materialização, ou seja, textos vazados na linguagem verbal, ou pictórica, ou musical etc., inclusive aqueles resultantes da hibridização de linguagens. E gerativa, porque conceberia o processo de geração de um texto como um percurso gerativo, composto por estratos estruturantes de significação: o fundamental, o narrativo e o discursivo.

Estes estratos, ou níveis, na medida em que se distanciam da superfície textual, ganham em genericidade e simplicidade, de modo que o texto é visto como “um conjunto de níveis de invariância crescente, cada um dos quais susceptível de uma representação metalingüística adequada” (Fiorin, 1999: 180)⁴.

Assim, a teoria semiótica de linha francesa tem por desiderato organizar as categorias semânticas e as operações abstratas, que sustentam a nossa produção e compreensão do sentido, para reformulá-las em patamares que vão assimilando o grau de profundidade dos conceitos à medida que se afastam do nível de manifestação. Trata-se de um modelo em que categorias abstratas pressupõem categorias mais abstratas ainda, até que se chegue ao nível de maior abstração possível, o nível profundo ou fundamental, em que se revela um modelo simples de representação do sentido que abarque o que há de essencial em toda a extensão de um texto (Tatit, 2001). Este é, em termos sumários, o modelo clássico da semiótica, erigido até os anos 80 e consubstanciado no *Dicionário de Semiótica* (Greimas e Courtés, 1979).

3.2.2. O conceito de práxis enunciativa

Nos anos noventa, porém, o nível fundamental do modelo passa por uma reformulação, mormente a partir dos estudos sobre a dimensão passional dos sujeitos e das tensões (tímico-fóricas) experimentadas pelo sujeito da enunciação⁵, estudos realizados por

⁴ Para uma visão mais detalhada do assunto indicamos Fiorin (2002) e Barros (1990).

⁵ O termo tímico é próprio da dimensão passional do sujeito da enunciação e perpassa todos os níveis da geração do sentido (Fontanille, 1998). Greimas e Courtés (1979) assim o definem: “categoria classemática, cuja denominação é motivada pelo sentido da palavra *timia* (cf. grego *thymós*, ‘disposição afetiva

Zilberberg (2001)⁶ e por Greimas e Fontanille (1993). Neste momento, entram em cena novos conceitos, dentre os quais merece destaque especial o de práxis enunciativa⁷, que coloca o sujeito da enunciação como centro da constituição do sentido, como instância que, localizada espacio-temporalmente no interior de taxionomias conotativas (estruturas de significação socialmente estabilizadas)⁸, constitui o ponto de vista sob o qual o discurso é construído.

Assim, o sujeito da enunciação, responsável pela práxis enunciativa, está presente desde o nível profundo da geração do sentido, em que “os valores ainda estão se constituindo como matrizes das funções narrativas, das modalidades, da espacialidade e temporalidade, que serão devidamente consolidadas nos estratos de superfície do percurso gerativo” (Tatit, 2001: 18). O processo da enunciação, portanto, “abrange toda a extensão desse percurso, de modo que, já no nível profundo, iniciam-se as escolhas dos valores pelo enunciador” (Tatit, 2001: 18), mesmo que estes se resumam às atrações e repulsões de um corpo biologicamente motivado com relação ao objeto da percepção.

Veja-se que a enunciação assim concebida (lembramos que se trata de um simulacro), ao apontar para um corpo sensível na origem do gerenciamento do sentido, não só serve como estratégia descritiva para a apreensão do ponto de referência a partir do qual o discurso é elaborado, mas também serve para remeter-nos ao momento da percepção, sempre renovável a cada nova enunciação. Isto é, na enunciação, o já enunciado é objeto da percepção de quem enuncia e isto tem um efeito sobre aquilo que ainda será enunciado.

Nestes termos, é que podemos compreender a afirmação de alguns ficcionistas (que se aplica também à enunciação de qualquer um de nós), segundo a qual muitas vezes o texto é que passa a comandar o ato de escritura, quando as personagens se rebelam, ganham autonomia e findam por comandar o autor. É por esse mesmo motivo, por exemplo, que evitamos ou optamos por construções aliterantes em nossos textos. Isto porque, no ato de escritura, nossos próprios textos passam a se impor como presença, matéria para nossa percepção, num circuito em que o já dito condiciona o por dizer.

Nesta altura, cumpre assinalar que este ponto de origem do discurso não é o sujeito empírico, de carne e osso, ou o sujeito histórico, singularidade absoluta, totalmente consciente do seu ato enunciativo. Não se trata disto. E o método aí está exatamente para

fundamental’), a categoria tímica serve para articular o semantismo diretamente ligado à percepção que o homem tem de seu próprio corpo”.

⁶ Acerca destas reformulações, consultem-se os livros *Tensão e significado*, de Fontanille e Zilberberg (2001), *Sémantique du discours*, de Fontanille (1998), o artigo *Sendas e Veredas da Semiótica Narrativa e Discursiva*, de Fiorin (1999), e *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Tome 2, de Greimas e Courtés (1986).

⁷ Sobre a práxis enunciativa, Fontanille e Zilberberg (2001) destacam o interesse que ela apresenta para a semiótica das culturas. São palavras suas. “Com efeito, ela [práxis enunciativa] produz ‘taxionomias conotativas’, ou seja, recortes da macrossemiótica do mundo natural, que são próprias de uma área ou época cultural; essas taxionomias são, por sua vez, constituídas de microssemióticas, lingüísticas ou não-lingüísticas, nas quais cada termo, em razão dos laços de dependência e diferença que o unem aos demais, *conota* a filiação a um universo cultural particular. Mais precisamente, é a distribuição das figuras numa determinada microssemiótica que acrescenta a cada uma delas uma carga semântica particular, a que chamamos ‘conotação’. Mas, nesse caso, não há, sob essa perspectiva, semas especificamente ‘conotativos’” (*op. cit.*: 190-191)

⁸ As taxionomias conotativas são consideradas grandezas culturais e se distinguem dos universais semânticos. Acerca disto escrevem Greimas e Fontanille (1993): “com efeito, é grande, às vezes, a tentação de considerar as ‘seleções’, as ‘inflexões’ e outros ‘complementos’, cujos universais são afetados pelas culturas individuais ou coletivas, como operações isoladas, caracterizadas unicamente pela iniciativa do sujeito da enunciação, e de fazer delas um inventário vertido diretamente na conta das operações enunciativas. Ora, acontece que, nem que seja apenas porque elas incluem a ‘língua’, o conjunto dessas particularidades constitui um sistema que, uma vez estabelecido, adquire de direito um modo de existência independente da enunciação: elas são realizáveis – virtualizadas ou atualizadas – e não realizadas” (1993).

fornecer os meios de reconstituição, com base no próprio enunciado, do sujeito da enunciação e do universo discursivo no qual o discurso se forjou.

No âmbito da semiótica discursiva, Barros (1988), por exemplo, manifesta a preocupação em situar no contexto sócio-histórico o sujeito da enunciação. Reconhece a necessidade de identificação das marcas lingüísticas que simulam no discurso o contexto interdiscursivo que o forjou.

Para ela, a semiótica discursiva visa a “encontrar, por meio da enunciação, o bom caminho para a questão teórico-metodológica da relação entre linguagem e contexto sócio-histórico” (BARROS, 1999: 5). Por isso, passa a examinar a enunciação sob a perspectiva da narratividade, procurando reconstruir a(s) ideologia(s) do texto, vendo o contexto como um conjunto de textos da cultura que dialogam polêmica ou contratualmente.

Barros (1999) aponta, como elementos que denunciam a presença da rede de textos da cultura e que forjam dialogicamente um dado discurso, os seguintes, entre outros:

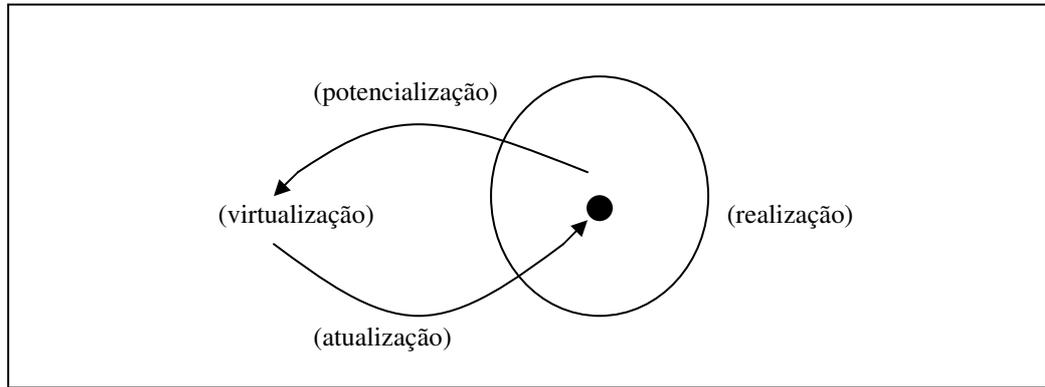
(...) no patamar narrativo, os jogos de manipulação e contramanipulação ou a polêmica entre o sujeito e o anti-sujeito; no nível discursivo, as perspectivas múltiplas assumidas pela enunciação por meio de vozes discursivas, as variadas linhas isotópicas e as figuras resultantes da relação vertical que se instaura entre as isotopias figurativas; no nível propriamente textual, os recursos semi-simbólicos do plano da expressão, ou seja, as correlações novas e motivadas entre expressão e conteúdo” (p. 7).

Todos estes indicadores permitem, a nosso ver, reconstruir os valores sócio-históricos com os quais o sujeito da enunciação mantém uma relação tensiva, pois assumimos, em todos os seus desdobramentos, o postulado semiótico segundo o qual “a enunciação não é nada mais nada menos que *o ato pelo qual o sujeito faz o sentido ser* e o *enunciado*, por seu turno, *é o objeto cujo sentido faz o sujeito ser* (Landowski, 1992). Noutros termos, dá-se uma relação dialética entre o ato da enunciação e o enunciado dele resultante, sendo o sujeito da enunciação identificável a partir do objeto-enunciado, uma vez que não temos acesso ao *ser* do sujeito da enunciação, mas apenas ao seu *parecer*, ao como ele se mostra, ao enunciar, no e pelo enunciado.

4. Sistema de significação e processo de comunicação

Como se vê, o sujeito da enunciação, no ato mesmo de enunciar, não pode prescindir de um sistema de significação que constitua o ponto de partida para qualquer ação comunicativa, mesmo que, ulteriormente, este sistema de significação seja alterado no processo. Em outras palavras, o sistema é retroalimentado no processo e inexistente processo sem sistema que lhe dê sustentação. E é o sujeito da enunciação que opera esta relação de via dupla entre sistema e processo.

O esquema abaixo, extraído de Zilberber e Fontanille (2001), procura representar a relação entre estruturas de significação, ou formas semióticas virtuais, e discurso, como ato, como processo de convocação e atualização destas formas e como processo de realização e potencialização de novas formas semióticas.



Como se pode constatar, o esquema representa o conjunto de operações elementares que colocam em interação as formas semióticas, ou sistemas de significação, como virtualidades, com o processo discursivo, através da convocação destas mesmas formas no discurso e ulterior realização e potencialização de novas formas semióticas. O processo não é, no entanto, circular, pois a potencialização de novas formas não conduz ao virtual, ao qual nunca se retorna, mas ao virtualizado, um estado transformado das formas semióticas anteriores.

No esquema, a virtualidade de um sistema de significação mantém-se como um *a priori* para a efetivação do processo de comunicação. E o ato enunciativo (ou práxis discursiva) implica um lugar no qual ocorrem estas operações de agenciamento entre sistema e processo. Este lugar é a instância de enunciação, instância esta reconstituível, no âmbito da semiótica discursiva, a partir do complexo significante que é o texto, conforme deixamos entrever na secção **o conceito de práxis enunciativa**. Mas isto é assunto para outro artigo.

5. Para finalizar

Pelo exposto, é possível compreender que, encarando o discurso como processo, isto é, encarando o discurso na perspectiva do fazer enunciativo, o ato de comunicação implica sistemas de significação que lhe dêem sustentação. Trata-se de um pressuposto básico, pois não há ato comunicativo que possa prescindir de uma estrutura básica de significação.

É claro que, a exemplo de Eco (1991), não se deve entender sistema de significação como sendo um código altamente elaborado, um sistema de signos ao modo saussureano. Pelo contrário, conforme vimos acima, enunciar é um ato criador, durante o qual novas estruturas de significação vão sendo geradas. Todavia, este ato criador não se efetiva *ex nihilo*; pressupõe ele um sistema de significação minimamente estruturado, a partir do qual possam se estabelecer interações entre os actantes da comunicação.

Com efeito, é uma relação dialética de extrema complexidade a que existe entre sistema de significação e processo de comunicação. Portanto, entre semiótica e comunicação, inexistente qualquer relação de dominância. São, na verdade, pontos de vista complementares, a partir dos quais se pode perspectivar a questão do sentido. Ou ainda, mais do que complementares, são pontos de vista de tal forma imbricados que falar da hegemonia de uma ou outra disciplina no campo das ciências humanas é cair num pansemiotismo ou num pancomunicacionismo, injustificado e injustificável.

Bibliografia

- BARROS, D. L. P. de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.
- _____. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, D. L. P. de. E FIORIN, J. L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1999.
- CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DEELY, J. *Semiótica básica*. São Paulo: Ática, 1990.
- ECO, U. *Obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- _____. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- _____. *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- FIORIN, J. L. *Elementos para análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1994.
- _____. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. In: Revista D.E.L.T.A., Vol. 15, Nº 1, 1999, p. 177-207.
- FONTANILLE, J. *Sémiotique du discours*. Limoge: Pulim, 1998.
- _____. e ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo, Cultrix, 1976.
- _____. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1986.
- _____. e COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- _____. e FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida: ensaios de semiótica*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O escavador de silêncios*. São Paulo: Paulus, 2004.
- PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. Campinas: Unicamp, 1988.
- PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Aguilar, 9ª ed, 1986.
- SANTAELLA, Lucia. *A assinatura das coisas: Peirce e a literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- TATIT, L. *Análise semiótica através das letras*. São Paulo: Ateliê, 2001.
- TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.